Análise da satisfação e experiência do visitante no Parque Estadual do Ibitipoca em Minas Gerais.

An analysis of visitor satisfaction and experience at Parque Estadual do Ibitipoca in Minas Gerais.

RESUMO: No contexto pós-pandêmico da Covid-19, uma parcela crescente de turistas tem buscado associar suas viagens de lazer a oportunidades de melhoria de saúde e bem-estar. Nesse cenário, os segmentos vinculados ao contato com a natureza ganham centralidade, em especial, áreas protegidas. Um dos desafios reside, justamente, em melhor compreender as motivações e percepções dos visitantes de áreas verdes em relação à satisfação e experiência vivenciada em meio à natureza. Inspirados nesse contexto, o presente trabalho buscou analisar os níveis de satisfação e de experiência de visitantes do Parque Estadual de Ibitipoca, situado em Minas Gerais. De caráter quali-quantitativo e exploratório, a presente pesquisa envolveu levantamento bibliográfico e documental, bem como entrevistas com visitantes do parque em estudo, tendo como referência duas dimensões de investigação: satisfação em relação aos serviços prestados e experiência da visita. Os principais resultados indicam um bom nível de satisfação em relação a serviços como bilheteria, cordialidade, equipamentos de restauração e infraestrutura de banheiros. Por outro lado, a dimensão da experiência ainda apresenta desafios relacionados ao nível de aprendizado adquirido com a visita, bem como uma melhor compreensão sobre a importância das UCs e sua correlação com o bem-estar e saúde pública e seu impacto para a preservação ambiental.

PALAVRAS CHAVE: Ibitipoca; experiência turística; ecoturismo; Unidades de Conservação; Parques Naturais.

ABSTRACT: In the post-pandemic context of Covid-19, an increasing number of tourists have been seeking to combine leisure travel with opportunities to

improve health and well-being. In this scenario, tourism segments connected to nature-based experiences have gained prominence, particularly those involving protected areas. One of the main challenges lies in better understanding the motivations and perceptions of visitors to green areas regarding their satisfaction and the quality of their experiences in natural environments.

Motivated by this context, the present study aimed to analyze the levels of satisfaction and experience among visitors to the Ibitipoca State Park, located in Minas Gerais, Brazil. Employing a qualitative-quantitative and exploratory approach, the research involved a review of the literature and official documents, as well as interviews with park visitors. The analysis focused on two main dimensions: satisfaction with the services provided and the overall experience of the visit.

The main findings indicate a high level of visitor satisfaction with aspects such as ticketing services, staff friendliness, food service facilities, and restroom infrastructure. On the other hand, the experience dimension still presents challenges, particularly concerning the level of learning gained from the visit and a deeper understanding of the role of protected areas (PAs) in promoting well-being, public health, and environmental preservation.

KEYWORDS: Ibitipoca; tourist experience; ecotourism; Protected Areas; Natural Parks.

Introdução

A experiência turística em áreas naturais protegidas, como o Parque Estadual do Ibitipoca, tem se intensificado após a pandemia de Covid-19. Isto se deu, principalmente, devido ao isolamento social necessário para conter o espalhamento da doença. Ou seja, neste período de dois anos (2020 e 2021), os locais antes tradicionais para se viajar, como praias, grandes cidades e centros urbanos não estavam em condições sanitárias para o recebimento desses turistas. Devido a isso, “novos locais” (mais “alternativos”), antes mais restritos a certos perfis de visitantes, passaram a ser cada vez mais procurados, com destaque para os parques naturais (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2024). O Ministério do Turismo (2024), em uma matéria publicada em seu site oficial, aponta que a visitação a parques naturais, em 2023, aumentou 15% com relação ao ano anterior, em números reais representando 11,8 milhões de visitantes. Uma pesquisa realizada pelo mesmo órgão apontou que 27% dos entrevistados têm o ecoturismo como sua preferência de viagem, ficando atrás apenas do turismo sol e praia, que representa 59% dos viajantes consultados (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2024).

Diante desse aumento e enfoque do turismo em áreas naturais protegidas após a pandemia de Covid-19 (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2024), faz-se necessário intensificar os estudos sobre as características desse segmento, seja em âmbito político-gerencial, seja em âmbito mais subjetivo, da experiência associada ao contato/relação entre o ser humano (visitante) e a área verde. Um dos desafios reside, justamente, em melhor compreender as motivações e percepções dos visitantes de áreas verdes em relação à satisfação e experiência vivenciada em meio à natureza.

Inspirados nesse contexto, o presente trabalho buscou analisar os níveis de satisfação e de experiência de visitantes do Parque Estadual de Ibitipoca, situado em Minas Gerais. Logo, surgem questionamentos fundamentais que nortearam a presente pesquisa: como se desenvolve a experiência turística no Parque Estadual do Ibitipoca? Como o visitante avalia os serviços prestados e de que forma essa avaliação impacta na experiência final da visitação?

A presente pesquisa, a partir de suas discussões e reflexões, possui relevante importância no que tange a experiência e (não menos importante) os meios para construir essa experiência para o visitante. Dentre as principais motivações para a realização da mesma tem-se o auxílio na gestão de parques em áreas naturais a desenvolver, de forma mais assertiva, os atrativos naturais e/ou culturais, contribuindo para uma melhor qualidade de experiência do visitante e, além disso, desenvolver estudos direcionados a áreas naturais protegidas, de modo que temas como sustentabilidade e ecoturismo, manejo de recursos naturais, dentre outros sejam contrapostos à experiência do ser humano (neste caso estudado, turistas) nesses ambientes.

1. Parques, Uso público e visitação

As chamadas Unidades de Conservação, também conhecidas por UCs, são áreas protegidas por lei, instituídas pelo poder público brasileiro,

com o objetivo de conservar a biodiversidade e outros atributos naturais, com o mínimo de impacto. O termo “unidade de conservação” foi instituído pela Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com o objetivo de unir todas as UCs do Brasil em um único sistema integrado, no qual pudesse ser estipulados padrões de conduta e manejo das mesmas (LOPES, 2013; FONSECA et al, 2019; FABRICIO, 2015; VALLEJO, 2013).

> O sistema é uma reunião de todas as UCs do país e as organiza para planejá-las e administrá-las de forma integrada, protegendo as diferentes populações, habitats e ecossistemas de forma a garantir a sobrevivência das espécies ecologicamente viáveis no território e nas águas jurisdicionais brasileiras. Por isso, todas as esferas de governo participam de sua gestão (FABRICIO, 2015).

Dentre os principais objetivos do SNUC estão, dentre 13 metas traçadas, (1) a contribuição para preservação das diversidades de ecossistemas biológicos do território nacional e das águas jurisdicionais; (2) a promoção de um desenvolvimento sustentável dos recursos naturais do território; (3) preservar as condições geomorfológicas, arqueológicos e culturais do Brasil; (4) proporcionar incentivos para a pesquisa científica e estudos ambientais; (5) proteger recursos ambientais necessários para a sobrevivência de grupos tradicionais moradores dessas Unidades de Conservação (LOPES, 2013; VALLEJO, 2013).

O SNUC divide as UCs em dois grupos diferentes: as unidades de proteção integral, com foco na preservação da biodiversidade e no uso apenas indireto de atributos naturais; e as UCs de uso sustentável, ancoradas em pressupostos conservacionistas, permitem o uso controlado e racional de atributos naturais. Os parques, foco desta investigação, são unidades de proteção integral de grande extensão de área, cujos objetivos são preservação dos ecossistemas naturais ali presentes, sendo permitidas a realização de pesquisa científica, visitação pública, atividades educativas e o turismo ecológico (LOPES, 2013; FABRÍCIO, 2015).

As atividades de visitação e de educação ambiental estão vinculadas ao uso público das unidades de conservação, interpretado como o uso indireto dos recursos ambientais que se dá sob as diferentes formas de visitação de uma unidade de conservação e, portanto, deve sempre ser orientado pelos preceitos da sustentabilidade e mitigação de seus impactos (Pimentel, 2015, p. 23). O uso público, portanto, está associado ao processo de visitação das áreas protegidas, podendo se manifestar como atividades educativas, de lazer, esportivas, recreativas, científicas e de interpretação ambiental, que proporcionam ao visitante a oportunidade de conhecer, entender e valorizar os recursos naturais e culturais existentes (MMA, 2005). Sobre a visitação em parques públicos, Vallejo (2013) descreve:

> De todas as UCs do sistema nacional, os parques públicos são os mais populares e sobre eles recaem as maiores atenções em

> relação ao uso recreativo e turístico. As atividades em contato com os ambientes naturais, principalmente em parques, têm aumentado tanto em relação às modalidades, como em número de praticantes, o que requer o estabelecimento de diretrizes e normas para a visitação adequada, respeitando-se sempre um dos principais objetivos das áreas protegidas, ou seja, a conservação da natureza (VALLEJO, 2013).

No caso específico da atividade turística, a Portaria nº 289 de 3 de maio de 2021 dispõe sobre os regulamentos do uso público em Unidades de Conservação, bem como definição de conceitos como visitação, área de visitação, atrativo e Plano de Uso Público (PUP), documento este responsável por guiar o planejamento de manejo do uso público em Unidades de Conservação.

> Portaria nº 289, Art. 2º: Para os fins previstos nesta Portaria define-se como: I - uso público: termo utilizado para tratar com abrangência a gestão da visitação, desde o planejamento, implementação e monitoramento de diferentes oportunidades de visitação nas unidades de
> conservação como desenvolvimento do ecoturismo, da interpretação ambiental, entre outras ações (BRASIL, 2021).

Para Vallejo (2013), existem três tipos de grupos envolvidos com o uso público em áreas naturais: os gestores, os visitantes e os prestadores de serviços. O papel dos gestores em uma Unidade de Conservação tem correlação com a gestão de seu território e entorno direto. A principal ferramenta norteadora nesse processo é o Plano de Manejo, documento técnico que reúne um conjunto de informações que abrangem desde características referentes à biodiversidade, aspectos físico-geográficos, até definição do zoneamento territorial e levantamento de seus atrativos e possibilidades de uso, que fundamentam a constituição de planos de uso público, que estabelecem as regras e estratégias de visitação na UC, infraestruturas necessárias e ferramentas de monitoramento e avaliação (VALLEJO, 2013).

No caso dos visitantes, Hendee et al (1990), citado por Vallejo (2013), chama a atenção para a diversidade de motivações associadas a uma visita em um parque: recreativo, comercial, científico, educacional e para desenvolvimento pessoal. Contudo, é possível perceber que, na prática, essas motivações se misturam durante a visita, podendo uma visita educacional promover também servir com propósito de desenvolvimento pessoal (VALLEJO, 2013).

Um dos instrumentos que podem ser utilizados pelos parques públicos no que tange o gerenciamento da experiência do visitante é o Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação (ROVUC), que visa proporcionar aos gestores diversas maneiras de promover o turismo em suas UCs, utilizando de suas principais potencialidades para disponibilizar

diferentes experiências de visitação conforme os perfis e interesses dos visitantes (BRASIL, 2020).

A interpretação ambiental paisagística é a principal ferramenta de uma gestão para melhorar e aprofundar a experiência do visitante em um parque natural, isto porque, apesar de importantes, a prestação de serviços como banheiro, restaurante, etc., não é o suficiente para que o visitante aproveite satisfatoriamente uma experiência, mas sim sua dimensão interpretativa de como a Unidade de Conservação (neste caso um parque natural) foi e é importante para a ela individualmente, assim como UCs são de suma importância para uma região ou país.

É válido ressaltar o quão complexo é a dimensão interpretativa ambiental das UCs, visto que deve ser aplicada com muita exatidão para se ter os frutos esperados dela, contudo este é um caminho necessário e importante para gerar reconhecimento e engajamento da sociedade com as UCs e, deste modo, impactar na qualidade da experiência turística nessas áreas. Nas UCs, o maior desafio continua sendo a falta de recursos materiais e profissionais capacitados para aplicar corretamente as narrativas de interpretação da paisagem. Faz-se crucial, portanto, o estabelecimento de parcerias efetivas para se construir e desenvolver interpretações da paisagem ambiental.

Nos últimos anos, é possível reconhecer por parte do Estado, um investimento crescente em políticas de uso público que envolvam o estabelecimento de parcerias para apoiar a prestação de serviços em UCs[1]. Esse movimento tem raízes na intensificação de processos de economia neoliberal e de maior tendência de descentralização de poder estatal, de maneira que os serviços de apoio à visitação às unidades de conservação passam a ser compartilhados ou mesmo transferidos para entes privados que, supostamente, teriam melhores recursos e condições para sua execução com mais qualidade e eficiência (RAIMUNDO, 2021).

A concessão é um tipo de modalidade de parceria entre Estado e iniciativa privada que tem ganhado destaque na agenda ambiental, especialmente no caso dos parques. Em Minas Gerais, por exemplo, o Instituto Estadual de Florestas lançou, em 2019, o Programa de Concessão de Parques - PARC, que visa desenvolver modelos de parceria com foco nas concessões ambientais, como caminho para melhorar os serviços turísticos oferecidos nas unidades de conservação, garantindo a conservação da biodiversidade e gerando benefícios sociais e econômicos para as comunidades locais.

[1] Existem diferentes modalidades de parcerias em UCs, como (1) a permissão, na qual o Estado permite o uso da UC para pessoas físicas ou jurídicas em tempo indeterminado sob licitação prévia; (2) a autorização, na qual o Estado, por meio de ato institucional, autoriza a pessoas físicas ou jurídicas o uso da UC por tempo indeterminado sem necessidade prévia de licitação pública; a (3) concessão, que concede direito de exploração uso a empresas ou conglomerados empresariais de UCs por tempo determinado e com licitação prévia, sendo monopólio empresarial ou não; dentre outros tipos menos comuns tal qual a co-gestão e a parceria com organizações da sociedade civil (FONSECA et al, 2022).

O estabelecimento de parcerias como estratégia para incrementar o uso público, em termos de melhorar a infraestrutura e os serviços ofertados aos visitantes em um parque público, é uma justificativa comumente apresentada por esses agentes. Além disso, as parcerias usualmente prometem uma melhoria na experiência do visitante, proporcionando alternativas de interpretação ambiental (RODRIGUES et al, 2023). De modo geral, alega-se que serviços como venda de ingressos, controle de entrada e atendimento aos visitantes, transporte e alimentação, banheiros, limpeza, entre outros, não são atividades fim dos órgãos ambientais, que encontram dificuldades do ponto de vista financeiro, técnico e de gestão (RAIMUNDO, 2021).

2. Turismo de Natureza e Ecoturismo: uma abordagem conceitual e experiencial

As modalidades de turismo em ambiente natural possuem várias nomenclaturas particulares, tais como turismo de aventura, turismo cenográfico, turismo fotográfico, entre outras, que podem ser possíveis no ambiente natural. Isto ocorre pois, a depender da motivação presente no planejamento da viagem, novas categorias surgem para defini-la de forma mais eficiente (MOREIRA, 2014 apud OLIVEIRA et al, 2023). Contudo, como meio de facilitar a compreensão, neste estudo vai-se utilizar uma categoria majoritária, o turismo de natureza, para abranger todo e qualquer tipo de atividade turística que utiliza das áreas naturais para se desenvolver (OLIVEIRA et al, 2023). Portanto, Porto, Silva e Cardoso (2014), citados por Oliveira et al. (2023), definem turismo de natureza como “um segmento da atividade turística que abrange todas as modalidades que ocorrem em ambientes naturais, independente da motivação e do comportamento desses turistas”. Isto significa que, ecoturismo, turismo de aventura, dentre todas as modalidades possíveis, com diferentes motivações, estão abrangidas no conceito de turismo de natureza. Portanto, a depender da motivação e, consequentemente, da modalidade adotada pelo turista na visitação a uma área natural, sua experiência enquanto visitante ocorrerá de maneira distinta. (OLIVEIRA et al, 2023) Como exemplo, pessoas que viajam para lazer e recreação para parques naturais tendem a experienciar os atrativos de forma completamente diferente de quem vai ao parque com motivação de adquirir mais conhecimentos sobre os ecossistemas ali presentes, perfil esse que mais se aproxima dos ecoturistas (FONTE!???)

Cumpre mencionar que esse perfil de visitante, guiado por motivações ambientalistas e de maior aprendizado e conscientização ambiental, vem crescendo bastante ao longo dos últimos anos no Brasil e no mundo. Essa modalidade, que muitas das vezes é confundida com o conceito de turismo de natureza, pode ser definida como uma experiência em meio natural que utiliza o patrimônio natural e cultural de uma forma sustentável e buscando sempre os princípios ecológicos em um ambiente natural, incentivando sua conservação e também a formação de uma consciência ambiental em quem o pratica através das possíveis interpretações do ambiente. Além disso, possui forte relação e comprometimento com a contribuição do

desenvolvimento local de comunidades receptoras (BRASIL, 2006 apud OLIVEIRA et al 2023; FRANCO et al, 2021).

O ecoturismo, portanto, se apresenta como uma alternativa de interpretação paisagística (neste caso, a paisagem desses ambientes naturais). Ou seja, sob a ótica dessa perspectiva de motivações ligadas ao movimento ecoturista, tem-se uma gama de maneiras distintas de montar uma narrativa em torno da paisagem dentro das UCs, em especial dos parques naturais, como é o caso de Ibitipoca. Dentro dessa gama podemos destacar, por exemplo, a narrativa em torno da preservação, da riqueza ambiental e social desses ambientes.

Como discutido acima, o ecoturismo é uma grande influência para um maior bem-estar, tanto físico quanto mental. O bem-estar aqui é interpretado como “um estado de envolvimento bem-sucedido, satisfatório e produtivo com a própria vida e a realização de todo o potencial físico, cognitivo e socioemocional de alguém” (ROMAGOSA et al., 2015 apud SANCHO-PIVOTO et al., 2022). Outra modalidade com vinculação direta com essa modalidade é o turismo de saúde, que envolve experiências turísticas com relação à melhorar a qualidade de saúde do seu praticante. Saúde, neste caso, interpretada não apenas como a ausência de doença ou enfermidade, mas como um complexo arranjo que envolve todas as partes da existência saudável do ser humano, tanto fisicamente quanto psicologicamente (SANCHO-PIVOTO et al, 2022).

Logo, ao decorrer da pesquisa, esses conceitos apresentados acima, serão utilizados para poder-se analisar a satisfação dos visitantes durante suas experiências no Parque Estadual do Ibitipoca em Minas Gerais, uma Unidade de Conservação com possibilidade de uso público, e consequentemente, criar caminhos para entendermos a experiência vivenciada pelo visitante, suas motivações principais e, portanto, classificar as possíveis modalidades de turismo realizadas no parque.

3. Metodologia

A presente pesquisa, de caráter qualitativo, envolveu levantamento bibliográfico, documental e pesquisa de campo no parque Estadual do Ibitipoca.

Primeiramente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em artigos científicos, teses e dissertações sobre conceitos estruturantes ao estudo proposto, como o uso público em Unidades de Conservação, turismo de natureza e ecoturismo, dentre outros. Também foi realizado um levantamento de documentos sobre o Parque Estadual do Ibitipoca, especificamente plano de manejo, plano de uso público, bem como legislação pertinente em âmbito nacional, estadual e municipal no que diz respeito à categoria parque.

Já a pesquisa de campo, de caráter exploratório, envolveu a aplicação de questionários com visitantes do Parque Estadual do Ibitipoca - PEIb. Esses questionários foram aplicados em dois momentos diferentes com visitantes no parque: em setembro de 2024 e fevereiro de 2025. Na primeira aplicação, foram entrevistadas 65 pessoas e, na segunda, 56, totalizando 121 pessoas entrevistadas. Tal esforço esteve vinculado a uma atividade da disciplina Turismo e Áreas Protegidas, do curso de Turismo da

Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, sob responsabilidade do professor Altair Sancho Pivoto.

Foram abordados aspectos como: aspectos sociodemográficos, expectativa de viagem, motivações de viagem, experiências e satisfação com a visita. As questões foram divididas em 5 blocos: 1. características pessoais como idade, gênero, renda, escolaridade, entre outros; 2. planejamento de viagem; 3. motivações e aspectos valorizados em parques naturais; 4 satisfação com a visita; 5. experiência da visita. O questionário abrangeu perguntas fechadas, abertas, além de escala likert de 10 pontos para mensurar o nível de sensação de bem-estar percebido com a visita, sendo 0 um baixo bem-estar e 10 um ótimo bem-estar.

Após a realização das pesquisas de campo, os dados foram tabulados e analisados pautando-se nos conceitos debatidos no referencial teórico e nos documentos coletados. Para tanto, foram elaboradas tabelas para facilitar a visualização e dimensionamento dos dados coletados, relacionando-os de modo a encontrar respostas para perguntas prévias sobre a satisfação dos visitantes.

4. Parque Estadual de Ibitipoca: caracterização geral

O Parque Estadual do Ibitipoca, localizado no município de Lima Duarte, em Minas Gerais, na Zona da Mata mineira, foi criado em julho de 1973. O PEIb possui uma área territorial de 1488 hectares (Ibitipoca, 2025). Em 2023, o parque recebeu 80 mil visitantes, sendo o 2º mais visitado em Minas Gerais naquele ano (G1, 2024).

O parque possui três circuitos internos, sendo esses: Circuito das águas, Circuito do Pião e Circuito Janela do Céu, todos tendo atrativos de renome como a Janela do Céu, o Lago dos Espelhos e a Cachoeira dos Macacos (MINAS GERAIS, 2023).

A gestão do PEIB é de responsabilidade do Instituto Estadual de Florestas e, desde agosto de 2023, os serviços de apoio à visitação na unidade passaram a ser de responsabilidade da empresa PARQUETUR, após a assinatura de contrato de concessão para a gestão e exploração dos serviços de apoio à visitação no parque[2]. A empresa, como apontado no site oficial do parque (MINAS GERAIS, 2023), também é responsável por gerir outras áreas protegidas, como o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em Alto Paraíso de Goiás (GO), Parque Nacional do Itatiaia, em Itatiaia (RJ), dentre outros locais.

5. Resultados e Discussões

[2] Em 2019, o estado de Minas Gerais criou o Programa de Concessão de Parques Estaduais (PARC) que tem como objetivo estabelecer normas para parcerias com a iniciativa privada nos parques estaduais. A iniciativa tem o intuito de atrair investimentos, aumentar o número de empregos e ampliar recursos no que diz respeito à conservação ambiental em MG. Dentre os 20 parques estaduais que, até 2022, estavam em processo de concessão com empresas privadas, o Parque Estadual do Ibitipoca era um desses, que foi concessionado pela empresa PARQUETUR por um tempo de 30 anos (SANCHO-PIVOTO et al, 2022).

Neste tópico, serão apresentados os resultados da pesquisa com os visitantes do Parque Estadual do Ibitipoca com foco na análise do nível de satisfação e qualidade da experiência. Primeiramente, buscou-se traçar o perfil dos visitantes e, posteriormente, o nível de satisfação em relação aos serviços utilizados e qualidade da experiência de visitação.

5.1 – Perfil do Visitante

O questionário usado como base de dados para este trabalho entrevistou 121 pessoas entre setembro de 2024 e fevereiro de 2025. Abaixo, na Tabela 1, está disposto os dados sociodemográficos dos respondentes, dos quais 45% são do gênero maculino e 55% do gênero feminino.

Tabela 1 – Dados sociodemográficos visitantes do Parque Estadual do Ibitipoca
Table 1 – Sociodemographic data of visitors to Parque Estadual do Ibitipoca

	PARQUE ESTADUAL DO IBITIPOCA
	Visitantes
Gênero	
M	45%
F	55%
Idade	
18-35	55%
35-55	38%
mais de 55	7%
Escolaridade	
Ens. Fund.	3%
Ensino Médio	16%
Superior Incompleto	23%
Ensino Superior	38%
Pós-Graduação	13%
Renda Média Familiar	
até 2SM	25%
de 2 a 5 SM	32%
5 a 10 SM	22%
mais de 10 SM	21%
não desejo informar	0%
Tipo de Grupo	
Sozinho	9%
Amigos e Família	41%
Amigos	26%
Outros	24%

Fonte: elaboração própria (percentuais aproximados).

A partir da tabela, pode-se dizer que a maior parte do público que participou da pesquisa possui entre 18 e 35 anos (55% aproximadamente), seguido da faixa etária entre 35 e 55 anos, contemplando 38% dos entrevistados. Apenas 7% dos 121 entrevistados tinham mais de 55 anos.

Em relação ao nível de escolaridade, percebe-se que 38% dos entrevistados possuem ensino superior completo, 23% superior incompleto, juntos representando 61% do público que respondeu a pesquisa. Apenas 3% dos entrevistados possuíam apenas ensino fundamental e outros 16% apenas ensino médio. 13% dos respondentes diz possuir pós graduação. Esse alto nível de formação pode sugerir uma maior predisposição ao ecoturismo, com visitantes com maior conscientização ambiental.

A maior parte dos visitantes possuem renda média familiar de 2 a 5 salários mínimos, representando 32% de quem respondeu a pesquisa. Seguido desses, com 25%, visitantes com renda familiar média de até 2 salários mínimos e posteriormente, com 22% e 21%, quem possui renda familiar de 5 a 10 salário ou mais de 10 salários mínimos, respectivamente.

Dos visitantes entrevistados, 41% viajam ao Parque Estadual do Ibitipoca com família e amigos, 26% com apenas amigos e 9% vão sozinhos. Ou seja, a maior parte do público viaja com pelo menos mais uma pessoa e apenas um pequeno grupo faz a viagem de forma sola. Ademais, 24% vai com outros tipos de grupos e companhias, como excursões.

Diante disso, pode-se afirmar que a maior parte do público que frequenta o parque vai com família e amigos e tende ser mais jovem. Além disso, grande parte do público possui renda familiar mensal de até 5 salários mínimos, compondo 57% dos entrevistados na pesquisa. Apesar disso, há uma concentração considerável de pessoas com renda familiar de mais de 5 salários, representando 43%.

De acordo com a pesquisa, a principal motivação dos visitantes do PEIb é o contato com a natureza, representando 62% dos entrevistados, seguida pela motivação descanso e lazer com 22% dos visitantes. Uma justificativa possível para essa motivação está atrelada a vida na pós-modernidade que está muito concentrada nos centros urbanos, dominado pela intensidade do dia-a-dia, alta poluição auditiva, visual e atmosférica. Portanto, a experiência de visitação ao PEIb surge como uma espécie de “fuga da realidade” para os visitantes que enxergam no parque uma possibilidade de contato com um ambiente mais natural. Outro fator possível, como citado anteriormente, é o aumento de interesse por viagens à natureza, com destaque para o ecoturismo, e o PEIb assume, nesse contexto, um posicionamento destacado no cenário de Minas Gerais.

5.2 – Avaliação dos Serviços

A pesquisa avaliou 14 tipos de serviços,sob responsabilidade da concessionária PARQUETUR: limpeza e higiene dos ambientes, disponibilidade de informações, atendimento, bilheteria, hospedagem, alimentação, estacionamento, placas de informação, rede de trilhas e sinalização de trilhas, vias de acesso internas, conforto, acessibilidade. Além desses, foi avaliado também o serviço de guiamento de visitantes, prestado por condutores locais cadastrados no parque.

Todos os serviços prestados foram avaliados positivamente pelo público da pesquisa, tendo as opções bom e ótima representando a maior parte das respostas (Tabela 2). Como exemplo, na avaliação da limpeza e higiene dos ambientes, 34% avaliaram o serviço como bom e 65% como ótimo, somando ambos tendo 99% de satisfação positiva com o serviço prestado. Outros exemplos nos quais o percentual de aprovação (somando bom e ótimo) é maior que 90% são a avaliação da disponibilidade de informações, com 92% de aprovação; a cordialidade e atendimento dos funcionários, com 98% de aprovação; as placas de informação, com 96% de aprovação; e a rede de trilhas com 93% de aprovação. Isso sugere que, na visão dos participantes da pesquisa, o PEIb possui infraestrutura condizente para atender a demanda de pessoas que desejam visitá-lo.

Tabela 2 – Avaliação dos serviços prestados no Parque Estadual do Ibitipoca
Table 2 – Assessment of services provided at Parque Estadual do Ibitipoca

PARQUE ESTADUAL DO IBITIPOCA	
	Visitantes
Limpeza e higiene dos ambientes	
Avaliação positiva (bom ou ótimo)	99%
Avaliação negativa (ruim ou péssimo)	0%
Não quis opinar	1%
Disponibilidade de informações	
Avaliação positiva (bom ou ótimo)	92%
Avaliação negativa (ruim ou péssimo)	8%
Não quis opinar	0%
Cordialidade e atendimento	
Avaliação positiva (bom ou ótimo)	98%
Avaliação negativa (ruim ou péssimo)	1%
Não quis opinar	1%
Guiamento de visitantes	
Avaliação positiva (bom ou ótimo)	36%
Avaliação negativa (ruim ou péssimo)	7%
Não utilizou	57%
Bilheteria	

Avaliação positiva (bom ou ótimo)	81%
Avaliação negativa (ruim ou péssimo)	2%
Não utilizou	17%
Hospedagem (camping)	
Avaliação positiva (bom ou ótimo)	40%
Avaliação negativa (ruim ou péssimo)	1%
Não utilizou	59%
Serviços de alimentação	
Avaliação positiva (bom ou ótimo)	62%
Avaliação negativa (ruim ou péssimo)	10%
Não utilizou	28%
Locais de estacionamento	
Avaliação positiva (bom ou ótimo)	68%
Avaliação negativa (ruim ou péssimo)	15%
Não utilizou	17%
Placas de informação	
Avaliação positiva (bom ou ótimo)	96%
Avaliação negativa (ruim ou péssimo)	4%
Não quis opinar	0%
Rede de trilhas	
Avaliação positiva (bom ou ótimo)	93%
Avaliação negativa (ruim ou péssimo)	6%
Não utilizou	1%
Sinalização de trilhas	
Avaliação positiva (bom ou ótimo)	84%
Avaliação negativa (ruim ou péssimo)	15%
Não quis opinar	1%
Banheiros	
Avaliação positiva (bom ou ótimo)	69%

Avaliação negativa (ruim ou péssimo)	12%
Não utilizou	17%
Vias de acesso internas	
Avaliação positiva (bom ou ótimo)	88%
Avaliação negativa (ruim ou péssimo)	11%
Não quis opinar	1%
Conforto e acessibilidade dos ambientes	
Avaliação positiva (bom ou ótimo)	83%
Avaliação negativa (ruim ou péssimo)	16%
Não quis opinar	1%

Fonte: elaboração própria (percentuais aproximados).

No caso do guiamento de visitantes, a maior parte dos entrevistados não utilizou tal serviço. De qualquer forma, entre aqueles que contrataram condutores locais para apoiar a visita avaliaram o serviço como bom ou ótimo. A avaliação positiva da maior parte dos serviços, em sua maioria prestados pela empresa PARQUETUR– concessionária do PEIb –, indica que o papel assertivo no que tange os serviços avaliados e a necessidade de continuar a investir na manutenção das estruturas de apoio à visitação.

Contudo, cumpre mencionar que, no âmbito do debate sobre experiência de visitantes, muitos desses serviços (como banheiros limpos, bilheteria, cordialidade, estacionamento, serviços de alimentação) constituem “meio” para uma boa experiência e não o seu fim. Assim, é preciso avançar na percepção dos visitantes em relação a serviços como rede de trilhas, estado de conservação e sinalização, atrativos, instrumentos de interpretação paisagística disponibilizados para incrementar a experiência de visitação.

Nesse sentido, o quesito “sinalização das trilhas” por exemplo, que apesar de bem avaliado pela maioria, obteve cerca de 15% de reclamações, vinculadas sobretudo à ausência ou estado de conservação de placas. Além disso, parcela significativa dos entrevistados (56%) reconheceu a necessidade de melhorias nos serviços de sinalização nas trilhas, assim como 55% afirmaram sentir falta de mais placas de informação. A maior parte, 78%, diz haver pouca ou nenhuma necessidade de mais trilhas no PEIb, enquanto cerca de 22% dizem sentir necessidade. A sinalização precária nas trilhas pode contribuir negativamente para a experiência em grandes áreas naturais, como o PEIb, nas quais sinais de GPS ou de celular costumam não funcionar devidamente, e, portanto, a boa disposição de

placas sinalizantes é de suma importância para os visitantes se posicionarem espacial e temporalmente no parque.

Ao relacionarmos estes serviços, principalmente o que diz respeito à sinalização das trilhas, com a experiência do visitante, pode-se interligá-los diretamente. Isto acontece, pois, a sinalização é essencial para uma melhora nas dimensões interpretativas da paisagem para o visitante. Ou seja, ao se deparar com uma placa dizendo sobre a geologia e a importância cultural e histórica de determinada rocha, o visitante consegue estabelecer um tipo de relação mais intensa entre o ambiente natural e ele mesmo, podendo contribuir positivamente para uma experiência mais rica.

5.3 – Experiência e bem-estar

Um dos principais focos da pesquisa aplicada tinha correlação com a experiência do visitante no Parque Estadual do Ibitipoca. Aqui, para compreender o fluxo deste artigo, entende-se experiência como todos os aspectos de bem-estar físicos, emocionais, espirituais e ecológicos que abrangem a passagem dos visitantes pelo parque. Além disso, as indagações sobre a influência da lotação na experiência final do visitante serão discutidas.

Ao serem questionados sobre a experiência geral no PEIb, 62% dos visitantes avaliaram como sendo ótima e 36% como boa, enquanto apenas 2% preferiram não responder. Juntando avaliações ótimas e boas, 98% dos entrevistados avaliam o parque positivamente. Portanto, pode-se dizer que, para quase todos os respondentes, possíveis serviços avaliados de forma negativa não influenciam de forma muito direta numa avaliação ruim ou péssima do parque. Isso pode indicar que a maior parte desses serviços não são, necessariamente, cruciais para alcançar os objetivos iniciais da visita dos respondentes.

Ao avaliarem o impacto do nível de lotação dos atrativos visitados, 35% dos respondentes, em uma escala de 1 a 10, afirmaram que a grande quantidade de pessoas encontradas contribuiu negativamente para a experiência desse grupo. Por outro lado, 46% dos respondentes afirmaram que a quantidade de pessoas encontradas nos atrativos teve pouca ou nenhuma influência em sua experiência. Tal resultado decorre de diferentes perfis de visitantes que buscam o PEIb: os que entendem a lotação como um problema e os que não veem problema nenhum na quantidade de pessoas no parque durante a visita. Para o primeiro grupo, a justificativa possível para essa sensação pode estar relacionada ao perfil ecoturístico, visitantes que procuram maior contato e imersão com a natureza e oportunidade de aprendizado com a visita. Já para o segundo grupo, o parque pode funcionar como um local de recreação e lazer, uma oportunidade de interação social em meio ao ambiente natural, entendendo o estabelecimento de novos laços sociais como parte crucial da experiência.

Já em relação aos benefícios percebidos com a visita, foi possível reconhecer que a maior parte dos entrevistados reconheceu que a experiência de visitação no PEIb contribuiu positivamente para seu bem-estar. No caso do bem-estar psicológico, que abrange a recuperação de energias, melhorias no estresse e ansiedade, entre outros aspectos, 97% dos visitantes deram notas 8, 9 e 10, o que representa um bem-estar

psicológico extremamente perceptível. Esse valor corrobora com uma das principais motivações retratadas que é descanso e lazer, isto é, praticamente todas as pessoas veem como positiva a influência do parque em sua saúde mental. Válido ressaltar que o Brasil foi considerado o país com mais casos de ansiedade no mundo, tendo 9,3% de sua população sofrendo com ansiedade patológica (G1, 2023), e portanto o parque pode funcionar como um local de relaxamento para pessoas que possuem transtornos tanto quanto para preveni-los. Portanto, é de suma importância um investimento profissionalizante quanto aos receptores do parque para explorarem essa relação entre saúde mental e o ambiente natural. Isso se dá, por exemplo, a promoção de práticas de yoga e meditação no parque, sessões de relaxamento mental, e também, implementar nas linhas interpretativas possíveis para o parque narrativas que exponham o caráter psico positivo de uma área natural protegida como o PEIb.

A segunda dimensão de bem-estar mais bem avaliada foi a ecológica, que abrange questões de vínculo com o ambiente natural e cidadania ecológica, como conhecimentos sobre Unidades de Conservação e a importância dessas áreas para a vida em sociedade. Dos entrevistados, 91% deram notas 8, 9 ou 10 para a sensação de bem-estar ecológico, representando que tiveram um bom aproveitamento das questões que envolvem o meio ambiente natural em que o PEIb está localizado. Ainda sobre ecologia, a pesquisa também averiguou que 76% dos entrevistados avaliaram como bom ou ótimo os aprendizados sobre Unidades de Conservação e seus objetivos, 62% como bom ou ótimo os aprendizados sobre fauna; 75% como bom ou ótimo os aprendizados sobre flora; cerca de 53% como bom ou ótimo os aprendizados sobre a história e as formações rochosas do parque; e 74% avaliaram que adquiriram mais informações sobre conscientização ambiental. Logo, pode-se supor que o parque contribui positivamente no que diz respeito à educação ambiental de seus visitantes, contribuindo para a divulgação de informações sobre a importância das UCs e a influência da preservação dessas áreas no mantimento do parque como tal. Apesar disso, é importante que a gestão do parque invoque mais esforços para aumentar esses percentuais ao longo dos anos, visto que apesar de positivos, alguns resultados podem ser muito melhores, como a divulgação da história do parque e das formações rochosas que o compõem.

A dimensão de bem-estar espiritual foi a terceira mais reconhecida no âmbito da visita ao PEIb. 89% de pessoas que deram notas 8, 9 e 10, o que indica uma influência considerável do parque neste aspecto. De modo geral, ambientes naturais são muito utilizados para práticas de atividades religiosas, como retiros, rituais, etc., logo, é possível que o parque, por ser também um ambiente natural, possa remeter a memórias afetivas dos visitantes. No caso do bem-estar físico, 86% deram notas 8, 9 ou 10, representando um ótimo bem-estar físico experienciado durante a visita ao parque. Esse número é representado na grande quantidade de trilhas ao longo do parque, que costumam ser utilizadas para caminhadas longas, o que requer um esforço físico considerável, e portanto pode trazer bem-estar físico aos visitantes. Dos entrevistados, 9% disseram que o bem-estar físico experienciado no parque poderia ser expresso com notas menores que 5. É

possível que, devido à falta conhecimento para com relação ao nível das trilhas no parque, algumas pessoas podem ter ido menos preparadas e portanto sentiram grande dificuldade física para realizar as atividades disponíveis no parque.

6. Conclusão

A partir das análises feitas, verifica-se que o Parque Estadual do Ibitipoca, sob o modelo de concessão com a empresa Parquetur, tem tido um bom desempenho no que tange às questões de serviços prestados aos visitantes, já que a maioria recebeu avaliação positiva, como a limpeza, a rede de trilhas, bilheteria, cordialidade, alimentação, informações. Além disso, a maior parte dos entrevistados reconheceu que a visita contribuiu significativamente para a melhora de bem-estar mental, ecológico, físico e espiritual. Isso indica que o parque deveria se apoiar em projetos que amplificam essas dimensões, como práticas de yoga e meditação, dentre outros tipos de iniciativas que desenvolvam o parque, principalmente no que diz respeito a questões psico-espirituais.

Apesar desses fatores, não é possível detectar ações e narrativas interpretativas da paisagem ambiental do parque, sendo prevalecente apenas uma ideia de contato com a natureza sem maior aprofundamento teórico quanto a importância desse tipo de parque para sua saúde mental e física, além de não demonstrar ciência da correlação direta entre a importância de preservar esses espaços e uma maior qualidade de vida para os próprios visitantes e para as populações de entorno ao parque.

Diante disso, se faz necessário um plano de interpretação paisagística para o PEIb, abrangendo desde questões técnicas, como informações precisas e interessantes sobre a geologia e biodiversidade do parque, quanto para questões mais subjetivas dos visitantes, como ter ciência do significado e da importância de se ter áreas protegidas como o parque. É válido ressaltar a necessidade de segmentação interpretativa, ou seja, a depender do tipo de público-alvo, deve-se haver um tipo de ação de interpretação paisagística.

7. Referencial Bibliográfico

BRASIL**.** Portaria nº 289, de 3 de maio de 2021. **Dispõe sobre o uso público em Unidades de Conservação.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 de maio de 2021.

DA SILVA, Grislayne Guedes Lopes; RAIMUNDO, Sidnei. **Modelos de concessão de serviços**
em Parques Nacionais brasileiros. Curitiba, PR: Revista Turismo e Sociedade – UFPR, vol 14, nº 2, 2021.

FABRICIO, Ana Carolina Baggio. **Turismo, meio ambiente e sustentabilidade.** Curitiba, PR: Editora Intersaberes, 1ª edição, 2015.

FONSECA, Anderson J. S.; SILVA, Helena P. B.; ALBURQUERQUE, Rosany C. L. **Reflexões sobre a criação das Unidades de Conservação no Brasil e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.** Recife, PE: Revista de Geografia, vol 36, nº 3, 2019.

FONSECA, Virginia M.; SCALCO, Raquel F.; ARAUJO, Diego M. **Iniciativa extensionista em tempos pandemônicos à natureza: para além das concessões, por outras modalidades de parcerias em áreas protegidas.** Rio de Janeiro, RJ: Raízes e Rumos, vol 10, nº 1, 2022.

FRANCO, Marcos B. A.; FRANCO, Jose L. A.; CUNHA, Andre A. **Ecoturismo, Conservação da Natureza e Deep Ecology: uma Reflexão sobre o Turismo como Experiência de Ampliação da Consciência.** Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science, vol 10, nº 2, 2021.

LOPES, Elfany R. N. **Aspectos ambientais e históricos do sistema nacional de unidades de conservação: 12 anos de implantação.** Aquidabã, SE: Nature and Conservation, vol 6, nº 2, 2013.

MINAS GERAIS. Parque do Ibitipoca, 2023. **Parque Estadual do Ibitipoca.** Disponível em: www.parquedoibitipoca.com.br. Acesso em: 08 de janeiro de 2025.

MINAS GERAIS. Ibitipoca, 2025. **Parque Estadual do Ibitipoca.** Disponível em: https://www.ibitipoca.tur.br/parque/. Acesso em: 23 de junho de 2025.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Governo Federal, 2024. **Visitação de parques nacionais bate recorde em 2023 e consolida o ecoturismo entre as preferências dos viajantes.** Disponível em: www.gov.br/turismo. Acesso em: 08 de janeiro de 2025.

OLIVEIRA, Maria P. C. V.; AQUINO, Cláudia M. S.; AQUINO, Renê P. **Mas, afinal o que é Turismo, Geoturismo, Turismo de Natureza, Turismo de Aventura, Ecoturismo e Turismo Rural?.** Revista Geoconexões Online, vol 3, nº 2, 2023.

REDE GLOBO. G1, 2025. **Por que o Brasil tem a população mais ansiosa do mundo.** Disponível em: www.g1.globo.com. Acesso em: 07 de março de 2025.

REDE GLOBO. G1, 2025. **Com 80 mil visitantes, Parque Estadual do Ibitipoca foi o 2º mais visitado de MG em 2023.** Disponível em: www.g1.globo.com. Acesso em: 23 de junho de 2025.

RODRIGUES, C. G. O.; BOTELHO, E. S. **Parcerias em áreas protegidas: diversidade de modalidades, propósitos e efeitos envolvidos.** Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v 16, n.3, jun2023, pp. 05-24.

SANCHO-PIVOTO, Altair; RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira; BOTELHO, Eloise Silveira; FONSECA, Virgínia Martins. **O processo de concessão no Parque Estadual do Ibitipoca (MG): questões preliminares sobre controle social das parcerias para o turismo.** São Paulo, SP: Revista Brasileira de Ecoturismo, vol 15, nº 4, 2022.

SANCHO-PIVOTO, Altair; RAIMUNDO, Sidnei. **As contribuições da visitação em parques para a saúde e bem-estar.** São Paulo, SP: Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, vol 16, e-2546, 2022.

VALLEJO, Luiz Renato. **Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão.** Niterói, RJ: Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação, vol 1, nº 1, 2013.